



**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**Parecer : N° 046 e 051/2014**

**Matéria: Projeto de Lei Complementar nº 001/2014**

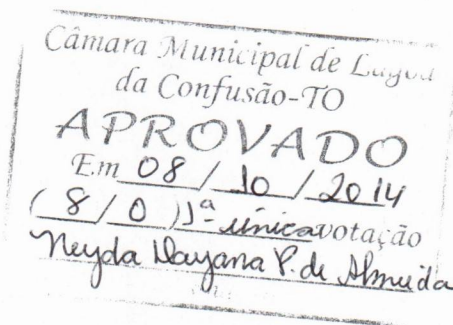
**Assunto: Dispõe sobre permuta ou compensação de Impostos Municipais em produtos e serviços e dá outras providências no Município de Lagoa da Confusão/To”**


**Interessado: Poder Executivo Municipal**

Os vereadores abaixo assinados, no uso de sua competência legal e regimental, ao analisarem com absoluta isenção a matéria supracitada e considerando-a de suma importância para tal, resolveram **ser favoráveis** à sua aprovação na íntegra.


**É O PARECER:**


Sala das sessões, aos 08 dias do mês Outubro de 2014.



  
**Luiz Edvaldo Coelho dos Santos**  
**Presidente- CFOTC**

  
**Josias Francisco Reis**  
**Secretário – CFOTC**

  
**Iwrraru Karajá**  
**Relator– CFOTC**

  
**Iwrraru Karajá**  
**Presidente – CLJRF**

  
**Edilson Carvalho**  
**Secretário – CLJRF**

  
**Luiz Edvaldo Coelho dos Santos**  
**Relator – CLJRF**



Câmara Municipal de  
da Confusão-TO  
**APROVADO**  
Em 08/10/2014  
(8/0) 1ª votação



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2014, de 03 de outubro de 2014.**

*Neyda Mayana P. de Almeida*

*“Dispõe sobre permuta ou compensação de Impostos Municipais em Produtos e Serviços e dá outras providências no Município de Lagoa da Confusão/TO”.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO, ESTADO DO TOCANTINS, LEONCIO LINO DE SOUSA NETO,** Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** A compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo, poderá ser efetivada pela autoridade competente, mediante a demonstração, em processo, da satisfação total dos créditos da Fazenda Pública Municipal, sem antecipação de suas obrigações.

§ 1º É competente para autorizar a compensação o Prefeito Municipal, mediante despacho em processo regular.

§ 2º Sendo o valor do crédito inferior ao seu débito, o saldo apurado poderá ser objeto de parcelamento, obedecidas às normas vigentes.

§ 3º Sendo o crédito superior ao débito, a diferença será paga de acordo com as normas de administração financeira vigente.

§ 4º Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, seu montante será reduzido de 1% (um por cento) por mês que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

§ 5º É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

Câmara Municipal de Lagoa  
da Confusão-TO  
**APROVADO**  
Em 09/10/2014  
(8/0) 2ª votação  
*Neyda Mayana P. de Almeida*



**Art. 2º.** Para que a

transação seja autorizada é necessária a justificação, em processo regular, caso a caso, do interesse da Administração no fim da lide, não podendo a concessão atingir o principal do crédito tributário atualizado, nem o valor da multa fiscal por infração dolosa ou reincidência.

**Art. 3º.** Fica o Executivo Municipal autorizado, sob condições e garantias especiais, a efetuar transação, judicial e extrajudicial, com o sujeito passivo de obrigação tributária para, mediante concessões mútuas, resguardados os interesses municipais, terminar litígio e extinguir o crédito tributário.

Parágrafo único. A transação a que se refere este artigo será autorizada pelo titular da Secretaria de Finanças, quando se tratar de transação judicial, em parecer fundamentado e limitar-se-á à dispensa, parcial ou total, dos acréscimos legais referentes à multa de infração, multa de mora, juros e encargos da dívida ativa, quando:

I - o montante do tributo tenha sido fixado por estimativa ou arbitramento;

II - a incidência ou o critério de cálculo do tributo for matéria controversa;

III - correr erro ou ignorância escusável do sujeito passivo quanto à matéria;

IV - ocorrer conflito de competência com outras pessoas de direito público interno;

V - a demora na solução normal do litígio seja onerosa ou temerária ao Município.

**Art. 4º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 dias do mês de outubro de 2014.

Câmara Municipal de Lagoa  
da Confusão-TO  
**APROVADO**  
Em 08/10/2014  
(8/0) 1ª votação  
Neyda Rayana P. de Almeida

**Leoncio Lino de Sousa Neto**  
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Lagoa  
da Confusão-TO  
**APROVADO**  
Em 09/10/2014  
(8/0) 2ª votação  
Neyda Rayana P. de Almeida



## JUSTIFICATIVA

**Senhor Presidente,**


Segue anexo o Presente Projeto de Lei Complementar que dispõe  
“Dispõe sobre permuta ou compensação de Impostos Municipais em Produtos  
e Serviços e dá outras providências no Município de Lagoa da Confusão/TO”.

O projeto de lei referido justifica-se para facilitar a forma de pagamento  
dos contribuintes, evitando assim a sonegação de impostos. Isto é, a  
desburocratização para pagamento de imposto.

Inclusive, há hipótese de transação quando eventualmente a lide  
discutindo questão tributária chega ao Poder Judiciário, permitindo assim a  
solução do litígio de forma rápida e eficaz.

Por tudo isso, peço seja submetido o presente Projeto de Lei  
Complementar para análise dos Edis.

Cordialmente,



**Leoncio Lino de Sousa Neto**  
**Prefeito Municipal**

Câmara Municipal de Lagoa  
da Confusão-TO  
**APROVADO**  
Em 08 / 10 / 2014  
(8 / 0) 1ª votação  
Neyda Hayana P. de Almeida

Câmara Municipal de Lagoa  
da Confusão-TO  
**APROVADO**  
Em 09 / 10 / 2014  
(8 / 0) 2ª votação  
Neyda Hayana P. de Almeida